



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO-SANTENSE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.127.926/0001-61, com endereço na Rua Vênus, S/N, Alecrim, Vila Velha/ES, CEP 29.118-060, que atua como gestora do **Hospital Estadual de Urgência e Emergência e Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves**, torna pública a realização do processo de contratação de **Fornecimento de OPME's para realização de procedimentos da especialidade de Neurocirurgia**, do tipo Menor Preço.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- I. Data da Publicação: **03/10/2024**
- II. Data de início do acolhimento das propostas: **às 10:00h do dia 03/10/2024**. (Horário de Brasília)
- III. Data limite para o recebimento das propostas: **às 09:00h do dia 14/10/2024**. (Horário de Brasília)
- IV. Abertura das propostas: **às 09:01h do dia 14/10/2024**. (Horário de Brasília)
- V. Início da seção de disputa: **às 13:00h do dia 15/10/2024**. (Horário de Brasília)
- VI. Endereço eletrônico para envio das propostas: **www.publinexo.com.br/privado/**
- VII. O resultado da contratação será divulgado através do site: **<https://www.evangelicovv.com.br/institucional/2478-briefings-heue>**
- VIII. **O envio da proposta para a prestação de serviços neste Termo de Referência importará no aceite total dos termos apresentados neste Termo de Referência e Minuta de Contrato em anexo.**

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de **fornecimento de OPME para realização de procedimentos na especialidade em Neurocirurgia**, para as Unidades geridas pela AEBES, conforme item 2.1.

2.1 ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 – LOTE 1 – HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A Contratada deverá fornecer os itens discriminados na tabela abaixo:

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSÃO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSÃO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMAHAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 2 CAIXAS (case completa)	TIPO	QUANTIDADE
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE FECHAMENTO DE CRANIO - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBA TODAS AS MEDIDAS	NÃO ESTÉRIL	1
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1

CONSIGNAÇÃO/COMODATO

EQUIPAMENTOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO/COMODATO			
TIPO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
EQUIPAMENT O	PERFURADOR DRILL (uso comum entre os lotes)	NÃO ESTÉRIL	04 UNIDADES
EQUIPAMENT O	MONITOR DE PICC (referente item: 05 e 06 do lote 01)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
ACESSÓRIO	FIXADOR DE CRÂNIO (uso em comum nos lotes: 02 e 06)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
EQUIPAMENT O	CRANIÓTOMO (uso em comum entre os lotes)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
INSTRUMENTA L	CAIXA DE CLIP DE ANEURISMA – PINÇAS PARA CLIPS ANEURISMA (referente lote :02)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS (Case Completa)
INSTRUMENTA L + IMPLANETES	CAIXA DE PARAFUSO ODONTÓIDE (referente lote: 03)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIXA
INSTRUMENTA L + IMPLANTES	CAIXA DE FECHAMENTO DE CRÂNIO (referente lote: 06)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS

2.1.1.1 A CONTRATADA deverá:

- a) Reposição dos materiais deve ser feita no máximo em 24 horas, sob a pena de sofrer as sanções previstas no contrato;
- b) É obrigatório, assim como nas entregas de materiais para consignação, apresentar e entregar a DANFE em todas as reposições, sem exceção;
- c) No ato da entrega e início das atividades, entregar material didático, tipo catálogo com as fotos e relações de conteúdo de todas as caixas ou itens avulsos;
- d) Atender as solicitações de visitas técnicas realizadas pela CONTRATANTE, quando previamente agendado;
- e) Fornecer sempre que requisitado, cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e técnicos, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de uso e manejo das OPME's;
- f) Fornecer todo e qualquer dispositivo implantável, ou não, instrumental e equipamento destinado aos procedimentos, que devem conter registro de ANVISA, assim como os devidos certificados de calibração entre outros necessários, no caso de equipamentos, e em perfeita condição de uso;
- g) Todo o recolhimento e recebimento deverá ser feito pela equipe de OPME no local definido pela instituição – sala de recepção de OPME na ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS, não devendo os fornecedores circularem e adentrarem às áreas técnicas (entenda-se Centro cirúrgico - CC e centro de material e esterilização - CME), exceto instrumentador, cuja entrada é permitida SOMENTE no CC, conforme cadastro a ser encaminhado pelo fornecedor;

- h) É proibido a entrada de qualquer OPME, material médico ou medicamento para o centro cirúrgico, advindo diretamente do fornecedor, que não tenha seguido a rotina de entrada e saída dos produtos no hospital.
- i) No ato do recolhimento do material, quando necessário, o setor de OPME deve ser comunicado antecipadamente (24H) para a solicitação para movimentação das caixas até o local do recolhimento;
- j) Entregar os materiais que necessitam de esterilização até as 24 horas do dia anterior ao procedimento cirúrgico na CONTRATANTE;
- k) E, quando necessário, enviar caixa extra – conforme demanda de agendamento, casos como: finais de semana e feriados prolongados;
- l) Neste ato a CONTRATADA assume a obrigação de garantir a rastreabilidade de 100% dos produtos, apresentando os produtos em embalagem contendo: data de validade, nº de lote, nº de registro da ANVISA, método de esterilização e etiquetas autocolantes de identificação, em português. Os documentos devem ser enviados acompanhados de documento fiscal (Nota fiscal de simples remessa);
- m) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o material.;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento objeto do contrato;
- o) Não retirar nenhum tipo de explante ou outro item que tenha sido removido do paciente, a não ser que haja solicitação formal da indústria para recolhimento nos casos de análises de eventos ou por solicitação de avaliação por parte do hospital à mesma, devendo se comprometer a prosseguir conforme rotina institucional de explante;
- p) Realizar as devidas trocas, em 24 horas, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, caso o produto apresente alguma irregularidade em seu aspecto, no que tange a qualidade e apresentação;
- q) Proibido tirar fotos ou gravar vídeos sem a autorização prévia da Instituição. Fotos e vídeos de partes ou registros do prontuário, só serão permitidos se de caráter educacional ou científico e devem ter a autorização expressa do paciente e instituição, registradas em documento fornecidos pelo Hospital;
- r) As OPME's utilizadas que estiverem presentes e compatíveis com os respectivos procedimentos cirúrgicos na tabela SIGTAP/SUS, e que por razão da disputa, restarem com valores superiores ou inferiores aos referidos em tabela SUS, deverão sinalizar os materiais em suas NF, referenciando o respectivo código de cobrança da tabela SIGTAP, constando o código do produto, sendo efetuado conforme regra pela mesma tabela, e se houver, diferença a maior, deverá realizar a cobrança por nota fiscal para o hospital do valor complementar.
- s) Prestar apoio técnico quando ao uso de materiais que exijam presença deste profissional capacitado (instrumentador).
- t) É previsto o fornecimento de instrumentador sem custo adicional ou qualquer forma de remuneração por parte da AEBES, de segunda a segunda, de 07 às 19h, inclusive sábados, domingos e feriados, caso solicitado;

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

- u) Devem possuir instrumentadores próprios ou terceiros, sem qualquer relação trabalhista com o hospital, e se já o houver, até que se solucione o caso, o mesmo deve executar as atividades da empresa, fora de seu turno de trabalho;
- v) Neste último caso, não será permitida a interferência ou influência na determinação do material/implante a ser utilizado.

2.1.2 – LOTE 2 – HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES

A Contratada deverá fornecer os itens discriminados na tabela abaixo:

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMAHAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 1 CAIXA (case completa)	TIPO	QUANTIDADE
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE COLUNA LOMBAR – PEDICULAR - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
702050334	HASTE P/ ASSOCIACAO C/ PARAFUSOS E/OU GANCHOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050415	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIAVEL A PLACA TOROCO- LOMBO-SACRA	NÃO ESTÉRIL	1
702050377	PARAFUSO ASSOCIAVEL A PLACA TOROCO- LOMBOSACRA TIPO PEDICULAR MONO-AXIAL	NÃO ESTÉRIL	1
702031100	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMATICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050490	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS PEDICULARES DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050520	SISTEMA P/ FIXACAO TRANSVERSAL DE TITANIO (CROS LINK	NÃO ESTÉRIL	1
702050822	DISPOSITIVO PEDICULAR PARA FIXAÇÃO DE HASTE (INCLUI BLOQUEADOR)	NÃO ESTÉRIL	1
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO - CAGE PEEK TORACO LOMBAR - ENGLOBALA TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1
702050245	GANCHO PEDICULAR	NÃO ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 05 – CX DE COLUNA CERVICAL - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
702031267	SISTEMA DE FIXACAO OCCIPTO-CERVICAL ASSOCIADO A PARAFUSO GANCHO E FIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050407	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIAVEL A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1
702050458	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMATICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050466	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS DE TITANIO P/ FIXACAO EM ESTRUTURAS POSTERIORES	NÃO ESTÉRIL	1
702050784	CONECTOR BARRA JUNCAO CERVICO TORACICA	NÃO ESTÉRIL	1
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO - CAGE GAIOLA - ENGLOBALA TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1
702031038	PLACA OCCIPTO CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1
702050148	DISPOSITIVO DE BLOQUEIO	NÃO ESTÉRIL	1
FORA DA TABELA SUS	GANCHOS LAMINARES ASSOCIAVEIS A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 06 – CX DE FECHAMENTO DE CRANIO - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBAL TODAS AS MEDIDAS)	NÃO ESTÉRIL	1
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 07 – CX DE CAGE'S - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE
FORA DA TABELA SUS	CAGE GAIOLA PARA CORPECTOMIA - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1
FORA DA TABELA SUS	CAGE PEEK CERVICAL - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSAO LOMBAR TRANSFORAMINAL TLIF - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSÃO CERVICAL ANCORADO STAND ALONE EM PEEK (ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS)		1

CONSIGNAÇÃO/COMODATO

EQUIPAMENTOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO/COMODATO			
TIPO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
ACESSÓRIO	CORTADOR DE HASTE (uso em comum entre os lotes: 04 e 05)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
EQUIPAMENTO	PERFURADOR DRILL (uso em comum entre os lotes:01, 02, 06)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
EQUIPAMENTO	MONITOR DE PICC PICC (referente item: 05 e 06 do lote 01)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
ACESSÓRIO	FIXADOR DE CRÂNIO (uso em comum nos lotes: 02 e 06)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
EQUIPAMENTO	CRANIÓTOMO (uso em comum entre os lotes: 01, 02, 06)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
ACESSÓRIO	APOIO CERVICAL (referente lote: 05)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
ACESSÓRIO	APOIO LOMBAR (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE CLIP DE ANEURISMA – PINÇAS PARA CLIPS ANEURISMA (referente lote: 02)	NÃO ESTÉRIL	01 CAIXA (Case Completa)
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE PARAFUSO ODONTOIDE (referente lote: 03)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIXA
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE COLUNA LOMBAR (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE APOIO LOMBAR (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	PARAFUSO PEDICULAR (LOMBAR) (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE COLUNA CERVICAL (referente lote: 05)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE APOIO CERVICAL (referente lote: 05)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE CAGES - TODOS OS TAMANHOS (referente lote: 07)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIXA DE CADA



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

EQUIPAMENTOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO/COMODATO			
TIPO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CAIXA DE FECHAMENTO DE CRÂNIO (referente lote 06)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIX A

2.1.1.2 A CONTRATADA deverá:

- a) Reposição dos materiais deve ser feita no máximo em 24 horas, sob a pena de sofrer as sanções previstas no contrato;
- b) É obrigatório, assim como nas entregas de materiais para consignação, apresentar e entregar a DANFE em todas as reposições, sem exceção;
- c) No ato da entrega e início das atividades, entregar material didático, tipo catálogo com as fotos e relações de conteúdo de todas as caixas ou itens avulsos;
- d) Atender as solicitações de visitas técnicas realizadas pela CONTRATANTE, quando previamente agendado;
- e) Fornecer sempre que requisitado, cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e técnicos, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de uso e manejo das OPME's;
- f) Fornecer todo e qualquer dispositivo implantável, ou não, instrumental e equipamento destinado aos procedimentos, que devem conter registro de ANVISA, assim como os devidos certificados de calibração entre outros necessários, no caso de equipamentos, e em perfeita condição de uso;
- g) Todo o recolhimento e recebimento deverá ser feito pela equipe de OPME no local definido pela instituição – sala de recepção de OPME na ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS, não devendo os fornecedores circularem e adentrarem às áreas técnicas (entenda-se Centro cirúrgico - CC e centro de material e esterilização - CME), exceto instrumentador, cuja entrada é permitida SOMENTE no CC, conforme cadastro a ser encaminhado pelo fornecedor;
- h) É proibido a entrada de qualquer OPME, material médico ou medicamento para o centro cirúrgico, advindo diretamente do fornecedor, que não tenha seguido a rotina de entrada e saída dos produtos no hospital.
- i) No ato do recolhimento do material, quando necessário, o setor de OPME deve ser comunicado antecipadamente (24H) para a solicitação para movimentação das caixas até o local do recolhimento;
- j) Entregar os materiais que necessitam de esterilização até as 24 horas do dia anterior ao procedimento cirúrgico na CONTRATANTE;
- k) E, quando necessário, enviar caixa extra – conforme demanda de agendamento, casos como: finais de semana e feriados prolongados;
- l) Neste ato a CONTRATADA assume a obrigação de garantir a rastreabilidade de 100% dos produtos, apresentando os produtos em embalagem contendo: data de validade, nº de lote, nº de registro da ANVISA, método de esterilização e etiquetas autocolantes de identificação, em português. Os documentos devem ser enviados acompanhados de documento

fiscal (Nota fiscal de simples remessa);

- m) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o material.;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento objeto do contrato;
- o) Não retirar nenhum tipo de explante ou outro item que tenha sido removido do paciente, a não ser que haja solicitação formal da indústria para recolhimento nos casos de análises de eventos ou por solicitação de avaliação por parte do hospital à mesma, devendo se comprometer a prosseguir conforme rotina institucional de explante;
- p) Realizar as devidas trocas, em 24 horas, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, caso o produto apresente alguma irregularidade em seu aspecto, no que tange a qualidade e apresentação;
- q) Proibido tirar fotos ou gravar vídeos sem a autorização prévia da Instituição. Fotos e vídeos de partes ou registros do prontuário, só serão permitidos se de caráter educacional ou científico e devem ter a autorização expressa do paciente e instituição, registradas em documento fornecidos pelo Hospital;
- r) As OPME's utilizadas que estiverem presentes e compatíveis com os respectivos procedimentos cirúrgicos na tabela SIGTAP/SUS, e que por razão da disputa, restarem com valores superiores ou inferiores aos referidos em tabela SUS, deverão sinalizar os materiais em suas NF, referenciando o respectivo código de cobrança da tabela SIGTAP, constando o código do produto, sendo efetuado conforme regra pela mesma tabela, e se houver, diferença a maior, deverá realizar a cobrança por nota fiscal para o hospital do valor complementar.
- s) Prestar apoio técnico quando ao uso de materiais que exijam presença deste profissional capacitado (instrumentador).
- t) É previsto o fornecimento de instrumentador sem custo adicional ou qualquer forma de remuneração por parte da AEBES, de segunda a segunda, de 07 às 19h, inclusive sábados, domingos e feriados, caso solicitado;
- u) Devem possuir instrumentadores próprios ou terceiros, sem qualquer relação trabalhista com o hospital, e se já o houver, até que se solucione o caso, o mesmo deve executar as atividades da empresa, fora de seu turno de trabalho;
- v) Neste último caso, não será permitida a interferência ou influência na determinação do material/implante a ser utilizado.

3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do contrato referente ao **LOTE 1 (HEUE)**, será por 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

3.2 O prazo de vigência do contrato referente ao **LOTE 2 (HEJSN)**, será até o dia 30 de novembro de 2028, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024**4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por lote.

4.1 TETO ORÇAMENTÁRIO**4.1.1 – LOTE 1 – HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

O valor do Teto Orçamentário será de **R\$ 31.426,88 (Trinta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme valores detalhados abaixo:

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10	R\$ 392,50
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10	R\$ 392,50
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1	R\$ 3.735,00
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1	R\$ 555,00
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1	R\$ 6.250,00
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1	R\$ 5.980,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1	R\$ 862,50
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1	R\$ 862,50
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1	R\$ 862,50
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.040,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.040,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMAHAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1	R\$ 430,00
				TOTAL: R\$ 27.402,50

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 2 CAIXAS (case completa)	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1	R\$ 1.100,00
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.100,00
				TOTAL: R\$ 2.200,00

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1	R\$ 1.404,57
				TOTAL: R\$ 1.404,57

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE FECHAMENTO DE CRANIO - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBAL TODAS AS MEDIDAS	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 361,81
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 58,00
				TOTAL: R\$ 419,81

4.1.2 – LOTE 2 – HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES

O Teto Orçamentário será de **R\$ 53.841,51 (cinquenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos)**, conforme valores detalhados abaixo:

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10	R\$ 392,50
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10	R\$ 392,50
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1	R\$ 3.735,00
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1	R\$ 555,00
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1	R\$ 6.250,00
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1	R\$ 5.980,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1	R\$ 862,50
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1	R\$ 862,50
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1	R\$ 862,50
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.040,00

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.040,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.250,00
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1	R\$ 4320,00
TOTAL: R\$ 27.402,50				

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 1 CAIXA (case completa)	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1	R\$ 1.100,00
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1	R\$ 1.100,00
TOTAL: R\$ 2.200,00				

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1	R\$ 1.404,57
TOTAL: R\$ 1.404,57				

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE COLUNA LOMBAR – PEDICULAR - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
702050334	HASTE P/ ASSOCIACAO C/ PARAFUSOS E/OU GANCHOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 443,79
702050415	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIÁVEL A PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 355,00
702050377	PARAFUSO ASSOCIÁVEL A PLACA TOROCO-LOMBOSACRA TIPO PEDICULAR MONO-AXIAL	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 420,00
702031100	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMÁTICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.950,00
702050490	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS PEDICULARES DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.650,00
702050520	SISTEMA P/ FIXACAO TRANSVERSAL DE TITANIO (CROS LINK)	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 883,75
702050822	DISPOSITIVO PEDICULAR PARA FIXAÇÃO DE HASTE (INCLUI BLOQUEADOR)	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 493,33
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO –	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.304,23

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE COLUNA LOMBAR – PEDICULAR - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
	CAGE PEEK TORACO LOMBAR - ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS			
702050245	GANCHO PEDICULAR	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 650,00
				TOTAL: R\$ 8.150,10

CÓDIGO SUS	LOTE 05 – CX DE COLUNA CERVICAL - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
702031267	SISTEMA DE FIXACAO OCCIPITO-CERVICAL ASSOCIADO A PARAFUSO GANCHO E FIO	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.425,00
702050407	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIAVEL A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 180,00
702050458	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMATICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.990,00
702050466	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS DE TITANIO P/ FIXACAO EM ESTRUTURAS POSTERIORES	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.600,00
702050784	CONECTOR BARRA JUNCAO CERVICO TORACICA	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 700,00
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO - CAGE GAIOLA - ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 1.200,00
702031038	PLACA OCCIPITO CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 737,85
702050148	DISPOSITIVO DE BLOQUEIO	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 90,00
FORA DA TABELA SUS	GANCHOS LAMINARES ASSOCIAVEIS A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 650,00
				TOTAL: R\$ 8.572,85

CÓDIGO SUS	LOTE 06 – CX DE FECHAMENTO DE CRANIO - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBA TODAS AS MEDIDAS	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 361,81
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1	R\$ 58,00
				TOTAL: R\$ 419,81

CÓDIGO SUS	LOTE 07 – CX DE CAGE'S - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
FORA DA TABELA SUS	CAGE GAIOLA PARA CORPECTOMIA - ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS		1	R\$ 1.200,00
FORA DA TABELA SUS	CAGE PEEK CERVICAL - ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS		1	R\$ 1.420,90
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSAO LOMBAR TRANSFORAMINAL TLIF - ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS		1	R\$ 1.568,78



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 07 – CX DE CAGE'S - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSÃO CERVICAL ANCORADO STAND ALONE EM PEEK (ENGLIBA TODOS OS TAMANHOS)		1	R\$ 1.502,00
				TOTAL: R\$ 5.691,68

5. DA PARTICIPAÇÃO

As empresas que desejarem participar do Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, cadastrar-se gratuitamente na plataforma eletrônica denominada PUBLInexo, através do link a seguir: www.publinexo.com.br/privado/.

5.1 Do Credenciamento na Plataforma

5.1.1 O registro no site, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da proponente e a senha de acesso, deverá ser obtido antes do prazo limite do recebimento das propostas. O cadastro e o acesso à plataforma são gratuitos.

5.1.2 Para participação do Termo de Referência na plataforma PUBLInexo, a proponente deverá utilizar a chave de acesso e senha fornecida através de cadastro no site: www.publinexo.com.br/privado/.

5.1.3 A proponente responderá integralmente por todos os atos praticados no Termo de Referência, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.2 Da Proposta

5.2.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada por meio eletrônico no endereço www.publinexo.com.br/privado/, em idioma nacional, com a identificação da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, e na qual constará obrigatoriamente:

- I. Nome;
- II. Razão ou Denominação Social;
- III. Endereço completo do proponente;
- IV. Identificação do signatário da proposta, sua função e cargo na empresa no campo Observações no ato do registro das propostas;
- V. CNPJ e Inscrição Estadual da empresa;

5.2.2 Junto com a proposta de preço, o interessado deverá apresentar os documentos alusivos à sua habilitação, nos termos do item 8 deste Termo de Referência, sob pena de eliminação do certame.

5.2.3 Caso haja discrepâncias entre o descritivo na plataforma e no Termo de Referência, prevalecerá sempre o descritivo do Termo de Referência;

5.2.4 Deverá constar Preços UNITÁRIOS, de forma clara e indubitosa, expresso em moeda nacional, apurada na data de apresentação da proposta, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;

- I. Nesses preços deverão ser computadas todas as despesas, impostos e outros que envolvam o Fornecimento objeto deste Termo de Referência;
- II. Todos os preços da Proposta deverão ser apresentados na moeda corrente nacional (Real), utilizando-se até quatro casas decimais para os centavos, precedidos da vírgula que segue a unidade, desprezando-se as frações remanescentes.

5.2.5 O Responsável pelo certame, solicitará ao arrematante do lote, que encaminhe exclusivamente por meio do sistema e/ou e-mail, em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da disputa, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados.

5.2.6 Após a negociação do preço, o Responsável pelo certame iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.2.7 Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou a participante não atender às exigências para habilitação, o Responsável pelo certame examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Termo de Referência.

5.3 Do Procedimento

5.3.1 O Ato Convocatório será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

- I. No dia e horário indicado neste ato Convocatório será aberta a sessão do Termo de Referência, com a abertura automática das propostas e sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória;
- II. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Ato Convocatório; e
 - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes.
- III. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- IV. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances.
- V. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as proponentes detentoras de propostas classificadas.
- VI. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio eletrônico e em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de acordo com o critério do responsável pelo presente processo (decrécimo), aplicável inclusive em relação ao primeiro colocado.

- VII.** A etapa de lances será considerada encerrada após o prazo determinado pelo responsável pelo presente processo e após a execução do tempo randômico. O Responsável não terá controle sobre o tempo randômico, ou seja, o sistema se encerrará automaticamente e aleatoriamente sem a intervenção humana.
- VIII.** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo departamento de compras da instituição.

5.4 Da Desconexão do Sistema Eletrônico

5.4.1 À proponente caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão, respondendo pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

5.4.2 No caso de desconexão do responsável pelo presente processo, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5.3 Quando a desconexão do responsável pelo presente processo persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6. CRITÉRIO ELIMINATÓRIO

- I. Envio da proposta fora do prazo estabelecido nas disposições preliminares do presente termo ou em desacordo com o objeto da contratação.
- II. Ausência do envio de qualquer dos documentos obrigatórios descritos no item 8.

7. CRITÉRIO DE DESEMPATE

Fornecimento anterior, se houver, sem registros de não-conformidade - NC.

8. DA HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA

Para habilitação, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

8.1. Habilitação Jurídica:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- II. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais ou cooperativas e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva, sendo que deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Termo de Referência;

- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. Qualificação Técnica:

- I. Alvará de localização e funcionamento e Alvará de vigilância sanitária, emitidos por órgão competente;
- II. Certificado de responsabilidade técnica, emitido por órgão competente;
- III. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, compatível com o objeto da contratação para qual será contratada;
- IV. Atestado de capacidade técnica atual na área de prestação dos serviços/fornecimento de produtos, conforme ANEXO I;
- V. Registro na Anvisa dos produtos;
- VI. Certificado de escolaridade com formação em técnico em enfermagem (ou outra formação na área da saúde) para os instrumentadores.

8.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- I. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuitamente e eletronicamente junto à justiça trabalhista (TST);
- III. Prova de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - III.I CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- IV. Comprovação do vínculo dos profissionais executantes com a empresa prestadora de serviços, conforme ANEXO II;
- V. É requisito para habilitação da empresa capital social compatível com o número de empregados, observando-se parâmetros estabelecido no Art. 4º-B da Lei 13.429, de 31 de março de 2017 ou capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- VI. Documentos do Manual de Terceiro, assinalados no ANEXO III. Excepcionalmente, os documentos relativos ao Manual de Terceiro, assinalados no anexo III, deverão ser apresentados e entregues até o 40º (quadragésimo) dia após a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, sob pena de rescisão.

8.4 Os documentos devem ser enviados juntamente com a proposta, sob pena de eliminação.

8.5 A qualificação exigida deverá ser mantida vigente durante toda vigência do contrato a ser firmado com a empresa ganhadora.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

8.6 Se a empresa estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

8.7 Caso necessário, o responsável pelo presente processo, poderá solicitar visita técnica à empresa que apresentar melhor proposta e documentação obrigatória de acordo com o Termo de Referência, cabendo ao setor de qualidade do hospital realizar a visita técnica no prazo máximo de 5 dias úteis posterior a data da solicitação de visita requerida, apresentando o resultado da avaliação em até 2 dias úteis após a visita técnica.

9. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

9.1 Será permitido esclarecimento de dúvidas até o terceiro dia útil após a publicação do Termo de Referência, somente através do e-mail: compras.tr@hejsn.aebes.org.br. Na solicitação de esclarecimentos, a empresa deverá apresentar sua razão social, número de CNPJ, identificar o nº do Termo de Referência e objeto da contratação, devendo o questionamento ser redigido de forma clara e objetiva.

9.2 A empresa que solicitar esclarecimentos, deverá informar os contatos para retorno, telefone e e-mails.

9.3 As solicitações de esclarecimentos que não atenderem os requisitos dos itens anteriores, não serão respondidos.

9.4 Serão recebidas as impugnações enviadas até às 17h do quinto dia útil anterior à data limite para o recebimento das propostas.

9.5 Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

9.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. No entanto, caso o responsável pelo processo julgue pelo acolhimento de eventual impugnação contra o ato convocatório, poderá ser definida e publicada nova data para o envio de propostas.

9.7 Encerrado o processo na plataforma www.publinexo.com.br/privado/ o resultado será publicado no site <https://www.evangelicovv.com.br/institucional/129-briefings-hejsn>, qualquer participante do referido Termo de Referência poderá recorrer do resultado, interpondo o recurso com as razões de pedido e seus fundamentos, até às 17h do terceiro dia útil, após a data de publicação, de forma motivada e com o registro de suas razões.

9.8 A falta de interposição do recurso contendo suas razões de pedido e seus fundamentos por parte dos participantes, na forma e prazo estabelecidos nos itens anteriores, importará decadência desse direito, ficando o responsável pelo presente processo autorizado a homologar o objeto ao participante declarado vencedor.

9.9 Os recursos deverão ser endereçados ao endereço de e-mail compras.tr@hejsn.aebes.org.br e dirigidos ao responsável pelo presente processo. O e-mail deverá conter razão social, número do cartão CNPJ, identificar o nº do Termo de Referência e objeto da contratação e as alegações. Caberá ao responsável pelo presente processo receber, examinar e decidir os recursos impetrados contra suas decisões, no prazo de 06 (seis) dias úteis do recebimento do recurso.

9.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

9.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o responsável competente adjudicará o objeto e homologará o processo de contratação.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Termo de Referência não importa necessariamente em contratação, podendo a AEBES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos interessados. A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas e divulgação do resultado, bem como corrigir possíveis erros materiais no documento publicado, mediante errata.

10.2 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo de Referência será a Comarca de Vitória/ES.

10.3 Aquele que deixar de entregar ou de apresentar documentação exigida no Termo de Referência, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ficará sujeito a reparação dos danos causados ao Hospital.

10.4 É vedada a participação no mesmo Termo de Referência de pessoas jurídicas que sejam controladoras, controladas, coligadas ou integrantes de um mesmo grupo econômico.



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

**(IMPRESSÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ANEXO I)**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **[nome da empresa prestadora de serviços, em negrito]**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, estabelecida na Rua, nº....., bairro, na cidade de, Estado de, prestou serviços à **[nome da empresa contratante, em negrito]**, CNPJ nº 00.000.000/0001-00, de **[descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de execução]**.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

[cidade/estado], em XX de XXXX de 201X.

Assinatura do responsável legal

[Razão social da empresa]

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx

[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

**(IMPRESSÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ANEXO II)**

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

Declaramos, para os devidos fins, que os profissionais executantes da prestação de serviço objeto deste Termo de referência são sócios, celetistas ou terceirizados. (Indicar o vínculo dos profissionais)

[cidade/estado], em XX de XXXX de 201X.

Assinatura do responsável legal

[Razão social da empresa]

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx

[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024



Anexo III

Código: CONT.FR.0100

Data da
Elaboração:
11/07/2019

Revisão:
014
25/06/2024

Documentos solicitados no Termo de Referência.

Setor Pessoal

- Comprovante declaratório das contribuições a recolher à Previdência Social e outras entidades do Fundo de FPAS da empresa Contratada (Mensal)
- Crachá de identificação com nome da instituição, nome do empregado, foto e cargo.
- Ficha de Registro do Ministério do Trabalho e Emprego dos empregados que prestam serviço na AEBES;
- Comprovação de envio do evento S2200 pelo e-Social;
- GFIP – Guia de recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social – dos funcionários que prestam serviço na AEBES – para identificarmos o código de recolhimento (Mensal)
- GPS – Guia Previdência Social Atual – para comprovação de pagamento dos impostos exigidos por lei (Mensal)
- RE – Relação de Empregados; RET (Relação de Tomadores);
- Outros: _____

Medicina do Trabalho

- ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) Admissional e Periódico.
- Cópia do Cartão de Vacina contendo as vacinas Tétano e Difteria (DT) e Hepatite B e demais vacinas de campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde; (**Triplíce Viral, Influenza e Febre Amarela**);
- PCMSO – Programa de Controle de Médico e Saúde Ocupacional – NR 07, válido conforme período contratual (Anual);
- Vacina de imunização contra a Covid-19
- Outros: _____

Segurança do Trabalho

- Ficha de Controle de EPI (Equipamento Proteção Individual – NR 06) contendo o CA (Certificado de Aprovação)
- PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos – NR 09), válido conforme período contratual (Anual);
- PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - NR18), válido conforme período contratual (Anual). Exigido somente para as empresas de construção civil;
- Outros: _____



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

Treinamento e Desenvolvimento

Contendo: NR 6 NR 10 NR 12 NR 32 _____
 NR 33 NR 35 ACLS CIPA Biossegurança



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

**ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO – LOTE 1
HOSPITAL ESTADUAL URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
(FORNECIMENTO)**

CT: XXX/20XX

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
FAZEM A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE
ESPÍRITO SANTENSE E (RAZÃO SOCIAL DA
CONTRATADA).**

**CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES, (QUALIFICAÇÃO
COMPLETA DO HEUE E REPRESENTANTE LEGAL).**

**CONTRATADA: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO
RESPONSÁVEL),** ajustam o presente contrato de fornecimento, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento de OPME's para realização de procedimentos na especialidade em Neurocirurgia nas dependências do Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE), sob a gestão da CONTRATANTE, por ocasião do Contrato de Gestão.

1.1.1 A Contratada deverá fornecer os itens discriminados na tabela abaixo:

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSÃO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSÃO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 2 CAIXAS (case completa)	TIPO	QUANTIDADE
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 06 – CX DE FECHAMENTO DE CRANIO - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBAL TODAS AS MEDIDAS	NÃO ESTÉRIL	1
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1

1.2 A CONTRATADA declara para todos os fins de direito estar devidamente habilitada, consoante a legislação regulamentar, para o fornecimento, ora contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A CONTRATADA deverá:

- Reposição dos materiais deve ser feita no máximo em 24 horas, sob a pena de sofrer as sanções previstas no contrato;
- É obrigatório, assim como nas entregas de materiais para consignação, apresentar e entregar a DANFE em todas as reposições, sem exceção;
- No ato da entrega e início das atividades, entregar material didático, tipo catálogo com as fotos e relações de conteúdo

de todas as caixas ou itens avulsos;

- d) Atender as solicitações de visitas técnicas realizadas pela CONTRATANTE, quando previamente agendado;
- e) Fornecer sempre que requisitado, cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e técnicos, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de uso e manejo das OPME's;
- f) Fornecer todo e qualquer dispositivo implantável, ou não, instrumental e equipamento destinado aos procedimentos, que devem conter registro de ANVISA, assim como os devidos certificados de calibração entre outros necessários, no caso de equipamentos, e em perfeita condição de uso;
- g) Todo o recolhimento e recebimento deverá ser feito pela equipe de OPME no local definido pela instituição – sala de recepção de OPME na ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS, não devendo os fornecedores circular e adentrarem às áreas técnicas (entenda-se Centro cirúrgico - CC e centro de material e esterilização - CME), exceto instrumentador, cuja entrada é permitida SOMENTE no CC, conforme cadastro a ser encaminhado pelo fornecedor;
- h) É proibido a entrada de qualquer OPME, material médico ou medicamento para o centro cirúrgico, advindo diretamente do fornecedor, que não tenha seguido a rotina de entrada e saída dos produtos no hospital.
- i) No ato do recolhimento do material, quando necessário, o setor de OPME deve ser comunicado antecipadamente (24H) para a solicitação para movimentação das caixas até o local do recolhimento;
- j) Entregar os materiais que necessitam de esterilização até as 24 horas do dia anterior ao procedimento cirúrgico na CONTRATANTE;
- k) E, quando necessário, enviar caixa extra – conforme demanda de agendamento, casos como: finais de semana e feriados prolongados;
- l) Neste ato a CONTRATADA assume a obrigação de garantir a rastreabilidade de 100% dos produtos, apresentando os produtos em embalagem contendo: data de validade, nº de lote, nº de registro da ANVISA, método de esterilização e etiquetas autocolantes de identificação, em português. Os documentos devem ser enviados acompanhados de documento fiscal (Nota fiscal de simples remessa);
- m) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o material.;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento objeto do contrato;
- o) Não retirar nenhum tipo de explante ou outro item que tenha sido removido do paciente, a não ser que haja solicitação formal da indústria para recolhimento nos casos de análises de eventos ou por solicitação de avaliação por parte do hospital à mesma, devendo se comprometer a prosseguir conforme rotina institucional de explante;

- p) Realizar as devidas trocas, em 24 horas, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, caso o produto apresente alguma irregularidade em seu aspecto, no que tange a qualidade e apresentação;
- q) Proibido tirar fotos ou gravar vídeos sem a autorização prévia da Instituição. Fotos e vídeos de partes ou registros do prontuário, só serão permitidos se de caráter educacional ou científico e devem ter a autorização expressa do paciente e instituição, registradas em documento fornecidos pelo Hospital;
- r) As OPME's utilizadas que estiverem presentes e compatíveis com os respectivos procedimentos cirúrgicos na tabela SIGTAP/SUS, e que por razão da disputa, restarem com valores superiores ou inferiores aos referidos em tabela SUS, deverão sinalizar os materiais em suas NF, referenciando o respectivo código de cobrança da tabela SIGTAP, constando o código do produto, sendo efetuado conforme regra pela mesma tabela, e se houver, diferença a maior, deverá realizar a cobrança por nota fiscal para o hospital do valor complementar.
- s) Prestar apoio técnico quando ao uso de materiais que exijam presença deste profissional capacitado (instrumentador).
- t) É previsto o fornecimento de instrumentador sem custo adicional ou qualquer forma de remuneração por parte da AEBES, de segunda a segunda, de 07 às 19h, inclusive sábados, domingos e feriados, caso solicitado;
- u) Devem possuir instrumentadores próprios ou terceiros, sem qualquer relação trabalhista com o hospital, e se já o houver, até que se solucione o caso, o mesmo deve executar as atividades da empresa, fora de seu turno de trabalho;
- v) Neste último caso, não será permitida a interferência ou influência na determinação do material/implante a ser utilizado.

2.2 A CONTRATADA executará as atividades com autonomia, cabendo a CONTRATANTE a fiscalização do cumprimento das obrigações, de forma assegurar a execução do contrato.

2.3 A CONTRATADA se obriga pelo sigilo das informações e nem poderá tornar-se de conhecimento de terceiros, por constituir falta grave e falta de ética dos serviços prestados por parte da CONTRATADA.

2.4 Fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias à plena execução do fornecimento contratado.

2.5 Realizar os fornecimentos conforme preceitua o objeto deste contrato, nos locais e condições que melhor atenderem às necessidades e conveniências da CONTRATANTE.

2.6 Requerer a exclusão da CONTRATANTE, individual ou coletivamente, no polo passivo dos eventuais processos judiciais ou administrativos em que a CONTRATADA deu causa, na ocorrência de ação contra a CONTRATANTE, ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser proposto contra a CONTRATANTE, seja a que título for e a que tempo ocorrer, em virtude do presente contrato. A CONTRATADA concorda ainda, desde já, que a CONTRATANTE denuncie à lide ou chame ao processo, se necessário, a CONTRATADA, na forma do artigo 125 do Código de Processo Civil.

2.7 Responsabilizar-se por todos os riscos e despesas decorrentes da contratação de funcionários utilizados na execução do presente contrato, bem como se responsabilizando quanto ao comportamento e eficiência deles, devendo a CONTRATADA substituir em 24 (vinte e quatro) horas, o profissional que não atender às necessidades descritas neste contrato e seus respectivos



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

aditivos e anexos e/ou que não atenda aos princípios da ética, bem como das normas vigentes da Instituição, afastando-o de forma imediata de todas as unidades geridas pela AEBES.

2.8 Não admitir e nem aliciar qualquer empregado que esteja à disposição da CONTRATANTE ou que integre o seu quadro de pessoal.

2.9 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de qualificação, habilitação técnica, jurídica, bem como de regularidade fiscal e trabalhista, exigidas no momento da assinatura deste contrato.

2.10 Participar e contribuir com todos os processos de certificação e acreditação que forem propostos pela CONTRATANTE, atendendo aos requisitos de certificação necessários.

2.11 Manter em condições legais as contribuições trabalhistas e previdenciárias do(s) profissional (s) recrutado(s) para executar os serviços objeto deste contrato.

2.12 A CONTRATADA se obriga em prestar o serviço de fornecimento, objeto deste contrato, observando prazo, qualidade e zelo.

2.13 Assumir integralmente a responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços contratados.

2.14 Fornecer sempre que forem solicitados, mantendo atualizado junto a CONTRATANTE, os seguintes documentos: cópia do Contrato Social e suas alterações, certidões de regularidade e responsabilidade técnica de conselho regulador, caso tenha, e eventuais alvarás inerentes as atividades prestadas.

2.15 Em caso descumprimento das obrigações, a CONTRATANTE se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à CONTRATADA, e, em havendo reincidência desta, caberá imposição de multa, iniciando em 1% (um por cento), e de forma progressiva, aumentará mais 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 A CONTRATANTE deverá:

- a) Solicitar reposição dos materiais de acordo com a necessidade, enviando comprovante de consumo;
- b) No ato do recebimento dos produtos conferir nota fiscal com o produto recebido;
- c) Realizar o pagamento das notas fiscais conforme acordado em contrato.

3.2 Estando o objeto do presente contrato de fornecimento, diretamente vinculado e relacionado ao Contrato de Gestão e Operacionalização do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, firmado entre a CONTRATANTE e a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, obriga-se a CONTRATANTE a efetuar o pagamento do valor



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

devido à CONTRATADA, conforme cláusula de pagamento, contados do efetivo recebimento dos recursos financeiros, quer oriundo do Estado ou da União. Para tanto, observada a necessidade prévia da emissão de Nota Fiscal pela CONTRATADA, que não poderá em nenhuma hipótese efetuar faturamento direto de quaisquer procedimentos a outro CONTRATANTE ou tomador eventual de serviços, incluindo o poder público, sendo esta prerrogativa exclusiva da CONTRATANTE no âmbito do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, neste Estado do Espírito Santo.

3.3 Fornecer e permitir acesso a todas as informações pertinentes e necessárias ao bom andamento dos serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA, assim como quaisquer outras informações que tão somente digam respeito às atividades da CONTRATADA.

3.4 Fiscalizar o presente contrato, cabendo verificar se as obrigações assumidas contratualmente estão sendo cumpridas.

3.5 Notificar a CONTRATADA em caso de descumprimento das suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme valores da tabela que segue (conforme proposta):

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10	
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10	
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1	
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1	
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1	
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMAHAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 2 CAIXAS (case completa)	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1	
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE FECHAMENTO DE CRANIO - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBAL TODAS AS MEDIDAS	NÃO ESTÉRIL	1	
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1	

4.2 Por ocasião dos pagamentos serão efetuados os descontos legais por tributos que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento objeto do contrato.

4.3 O pagamento será efetuado, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após o faturamento dos produtos e emissão de Nota Fiscal.

- O pagamento dos valores se dará conforme valor contratado, notas fiscais com emissão conforme solicitação por ordem de compra, reposição, na plataforma OPMEexo, com prazo de pagamento 30 dias após emissão;
- A emissão na Nota Fiscal de Cobrança deverá respeitar o prazo para emissão de 24h conforme autorização do ID de faturamento, gerado na plataforma OPMEexo;
- A Nota Fiscal de faturamento deverá constar obrigatoriamente, o código da tabela SUS (nos casos dos produtos contemplados pelo SIGTAP), bem como o nome do paciente, data da cirurgia, nome do médico, código ANVISA, lote e a validade do produto;
- A Nota Fiscal de faturamento deverá ser emitida e enviada somente após a autorização da CONTRATANTE na plataforma OPMEexo;
- A Nota Fiscal de faturamento deverá ser emitida em até 24h contadas a partir da solicitação de faturamento.

4.4 O valor da nota fiscal deverá limitar-se ao reconhecido no pedido de compra, sendo proibida a cobrança de valores não provados por este documento.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

4.5 É expressamente vedado a qualquer das partes desconto ou cobrança de duplicata através de rede bancária ou de terceiros, bem como a cessão de crédito dos valores objetos deste contrato ou sua dação em garantia.

4.6 Os reajustes contratuais serão negociados entre as partes e eventuais concessões condicionado e limitado ao prévio reajuste autorizado pela Secretaria de Saúde do Espírito Santo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1 O prazo de vigência do presente contrato será por 60 meses, com início a partir da assinatura, conforme Contrato de Gestão, firmado entre a Contratante e Secretaria Estadual de Saúde do Estado Do Espírito Santo - SESA, ressalvando os casos de rescisão previstos na cláusula sexta.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de “Distrato” ou unilateralmente, de forma imotivada, pela CONTRATANTE, concedendo-se, à CONTRATADA, aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa.

6.2 Havendo rescisão do contrato pela CONTRATANTE, e havendo cumprimento de aviso prévio, a CONTRATADA deverá deixar de efetuar a prestação de serviço no último dia de vigência do aviso prévio, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato.

6.3 A CONTRATADA poderá rescindir o contrato unilateralmente, de forma imotivada, concedendo-se à CONTRATANTE, aviso prévio de 60 (sessenta) dias, de modo a evitar a desassistência e, conseqüentemente, assegurar o interesse público, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato.

6.4 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança;
- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato;
- d) Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da CONTRATADA ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

6.5 Este contrato será imediatamente rescindido no caso de encerramento do Contrato de Gestão do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, hipótese em que a AEBES não poderá ser responsabilizada ao pagamento de indenizações ou multas de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

7.1 A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e

colaboradores. Ainda, se obrigada a CONTRATADA, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: **(i)** não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e **(ii)** adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA OITAVA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

8.1 A CONTRATADA se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da CONTRATANTE, disponível no endereço eletrônico <https://www.evangelicovv.com.br/aebes/codigo-conduta>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

8.2 A CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades deste Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta da CONTRATANTE para a execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA RELAÇÃO CONTROLADOR E OPERADOR

9.1 Para fins deste contrato, são considerados:

I. “DADOS PESSOAIS”: qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. “DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

III. “TRATAMENTO”: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. “CONTROLADOR”: parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. “OPERADOR”: parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI. “AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS”: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

9.2 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supra qualificadas, concordam que a AEBES é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação negocial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de dados pessoais, e se comprometem a cumprir com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados Pessoais, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

9.3 OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR

O CONTROLADOR deve:

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

9.4 OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

O OPERADOR deve:

Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR.

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis estritamente necessárias para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/2018 ("LGPD").

É vedado ao OPERADOR a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo

CONTROLADOR, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR.

Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular. Auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de dados pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta à incidentes;

Informar o CONTROLADOR imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;

Indenizar o CONTROLADOR por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

Disponibilizar ao CONTROLADOR todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

9.5 VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação ao objeto do contrato, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

10.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da CONTRATANTE.



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

10.3 A CONTRATADA obriga-se a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços objeto do contrato.

10.4 Caso a CONTRATANTE venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da CONTRATADA, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados, ficando, inclusive, desde já autorizada eventual denúncia à lide da CONTRATADA.

10.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

10.6 A CONTRATADA declara que não realizará nenhum investimento para o fornecimento, objeto deste contrato.

10.7 Declaram as PARTES que não há qualquer relação de vínculo empregatício entre os colaboradores indicados pela CONTRATADA para prestar serviços junto às unidades hospitalares da CONTRATANTE. Declaram ainda que qualquer demanda eventualmente ajuizada por qualquer de seus colaboradores, a qualquer título, importará em ingresso espontâneo da CONTRATADA no polo passivo da demanda, ficando a mesma responsável pelos pagamentos de eventuais condenações de natureza trabalhista que sejam impostas à CONTRATANTE.

10.8 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando-se, desde já, a qualquer outro Foro.

As Partes, de comum acordo, concordam que o presente termo será assinado eletronicamente por seus representantes legais juntamente com duas testemunhas, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, para todos os fins de direito.

Vitória (ES), data.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Nome completo do representante legal
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome completo do representante legal
Sócio



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO – LOTE 1
HOSPITAL ESTADUAL URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
(COMODATO)**

CT: 0xx/20XX

**CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI FAZEM
ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE
ESPÍRITO SANTENSE E (RAZÃO SOCIAL DA
COMODANTE).**

COMODATÁRIA: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES, (QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO HEUE E REPRESENTANTE LEGAL).

COMODANTE: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL), ajustam o presente contrato de comodato, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 O objeto deste contrato é a cessão gratuita em regime de comodato dos materiais descritos abaixo, vinculados ao contrato de fornecimento nº CT: 0xx/20xx firmando entre as partes.

EQUIPAMENTOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO/COMODATO			
TIPO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
EQUIPAMENTO	PERFURADOR DRILL (uso comum entre os lotes)	NÃO ESTÉRIL	04 UNIDADES
EQUIPAMENTO	MONITOR DE PICC (referente item: 05 e 06 do lote 01)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
ACESSÓRIO	FIXADOR DE CRÂNIO (uso em comum nos lotes: 02 e 06)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
EQUIPAMENTO	CRANIÓTOMO (uso em comum entre os lotes)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
INSTRUMENTAL	CAIXA DE CLIP DE ANEURISMA – PINÇAS PARA CLIPS ANEURISMA (referente lote :02)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS (Case Completa)
INSTRUMENTAL + IMPLANETES	CAIXA DE PARAFUSO ODONTÓIDE (referente lote: 03)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIXA
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CAIXA DE FECHAMENTO DE CRÂNIO (referente lote: 06)	NÃO ESTÉRIL	2CAIXAS

1.2 Se houver necessidade de aumento na quantidade dos equipamentos, a COMODANTE disponibilizará desde que previamente acordado entre as partes, por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

2.1 A COMODANTE deverá:

- a) Reposição dos materiais deve ser feita no máximo em 24 horas, sob a pena de sofrer as sanções previstas no contrato;
- b) É obrigatório, assim como nas entregas de materiais para consignação, apresentar e entregar a DANFE em todas as reposições, sem exceção;
- c) No ato da entrega e início das atividades, entregar material didático, tipo catálogo com as fotos e relações de conteúdo de todas as caixas ou itens avulsos;
- d) Atender as solicitações de visitas técnicas realizadas pela CONTRATANTE, quando previamente agendado;
- e) Fornecer sempre que requisitado, cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e técnicos, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de uso e manejo das OPME's;
- f) Fornecer todo e qualquer dispositivo implantável, ou não, instrumental e equipamento destinado aos procedimentos, que devem conter registro de ANVISA, assim como os devidos certificados de calibração entre outros necessários, no caso de equipamentos, e em perfeita condição de uso;
- g) Todo o recolhimento e recebimento deverá ser feito pela equipe de OPME no local definido pela instituição – sala de recepção de OPME na ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS, não devendo os fornecedores circularem e adentrarem às áreas técnicas (entenda-se Centro cirúrgico - CC e centro de material e esterilização - CME), exceto instrumentador, cuja entrada é permitida SOMENTE no CC, conforme cadastro a ser encaminhado pelo fornecedor;
- h) É proibido a entrada de qualquer OPME, material médico ou medicamento para o centro cirúrgico, advindo diretamente do fornecedor, que não tenha seguido a rotina de entrada e saída dos produtos no hospital.
- i) No ato do recolhimento do material, quando necessário, o setor de OPME deve ser comunicado antecipadamente (24H) para a solicitação para movimentação das caixas até o local do recolhimento;
- j) Entregar os materiais que necessitam de esterilização até as 24 horas do dia anterior ao procedimento cirúrgico na CONTRATANTE;
- k) E, quando necessário, enviar caixa extra – conforme demanda de agendamento, casos como: finais de semana e feriados prolongados;
- l) Neste ato a CONTRATADA assume a obrigação de garantir a rastreabilidade de 100% dos produtos, apresentando os produtos em embalagem contendo: data de validade, nº de lote, nº de registro da ANVISA, método de esterilização e etiquetas autocolantes de identificação, em português. Os documentos devem ser enviados acompanhados de documento fiscal (Nota fiscal de simples remessa);

- m) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o material.;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento objeto do contrato;
- o) Não retirar nenhum tipo de explante ou outro item que tenha sido removido do paciente, a não ser que haja solicitação formal da indústria para recolhimento nos casos de análises de eventos ou por solicitação de avaliação por parte do hospital à mesma, devendo se comprometer a prosseguir conforme rotina institucional de explante;
- p) Realizar as devidas trocas, em 24 horas, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, caso o produto apresente alguma irregularidade em seu aspecto, no que tange a qualidade e apresentação;
- q) Proibido tirar fotos ou gravar vídeos sem a autorização prévia da Instituição. Fotos e vídeos de partes ou registros do prontuário, só serão permitidos se de caráter educacional ou científico e devem ter a autorização expressa do paciente e instituição, registradas em documento fornecidos pelo Hospital;
- r) As OPME's utilizadas que estiverem presentes e compatíveis com os respectivos procedimentos cirúrgicos na tabela SIGTAP/SUS, e que por razão da disputa, restarem com valores superiores ou inferiores aos referidos em tabela SUS, deverão sinalizar os materiais em suas NF, referenciando o respectivo código de cobrança da tabela SIGTAP, constando o código do produto, sendo efetuado conforme regra pela mesma tabela, e se houver, diferença a maior, deverá realizar a cobrança por nota fiscal para o hospital do valor complementar.
- s) Prestar apoio técnico quando ao uso de materiais que exijam presença deste profissional capacitado (instrumentador).
- t) É previsto o fornecimento de instrumentador sem custo adicional ou qualquer forma de remuneração por parte da AEBES, de segunda a segunda, de 07 às 19h, inclusive sábados, domingos e feriados, caso solicitado;
- u) Devem possuir instrumentadores próprios ou terceiros, sem qualquer relação trabalhista com o hospital, e se já o houver, até que se solucione o caso, o mesmo deve executar as atividades da empresa, fora de seu turno de trabalho;
- v) Neste último caso, não será permitida a interferência ou influência na determinação do material/implante a ser utilizado.

2.2 Efetuar a entrega dos materiais descritos na cláusula primeira, objeto do contrato em perfeitas condições, conforme especificações, imediatamente, após assinatura do contrato ou data prévia acordada entre as partes.

2.3 Substituir ou reparar, de imediato, após solicitação da COMODATÁRIA via e-mail, os equipamentos descritos na cláusula primeira que necessitarem de reparos ou substituição.

2.4 Poderá ser solicitado um quantitativo maior de materiais, a depender da necessidade do Hospital (abertura de novas unidades, transformação e mudança de ambientes, solicitação do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, e outros). Nestes casos, a COMODANTE deverá atender à solicitação conforme prazo acordado entre as partes.

2.5 Fornecer os equipamentos comodatados novos, limpos e com as especificações definidas em contrato.

- 2.6** Garantir o fornecimento das peças de substituição dos equipamentos comodatados.
- 2.7** Responsabilizar-se pelas manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos comodatados.
- 2.8** Fornecer equipamento substituto quando houver necessidade de retenção de um equipamento para manutenção e/ou reparo.
- 2.9** Realizar treinamentos sobre a correta utilização dos produtos.
- 2.10** Fornecer manual de uso dos equipamentos.
- 2.11** Em caso descumprimento das obrigações, a COMODATÁRIA se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à COMODANTE, e, em havendo reincidência desta, caberá imposição de multa, iniciando em 1% (um por cento), e de forma progressiva, aumentará mais 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato de fornecimento nº CT: 0xx/20xx.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

- 3.1** Informar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito no equipamento.
- 3.2** Utilizar o equipamento corretamente, sendo vedada a sua sublocação, cessão ou transferência a terceiros, sem prévio e expresso consentimento da COMODANTE.
- 3.3** Não introduzir ou fazer modificações de qualquer natureza no equipamento.
- 3.4** Utilizar no equipamento exclusivamente os produtos fornecidos pela COMODANTE, conforme contrato de fornecimento nº CT: 0xx/20xx .
- 3.5** Manter o equipamento em local adequado e seco, observando o que orienta o respectivo manual de instrução.
- 3.6** Defender e fazer valer todos os direitos de propriedade da COMODANTE sobre o equipamento, inclusive impedindo sua penhora, sequestro, arresto, arrecadação, por terceiros, notificando-os sobre os direitos de propriedade da COMODATÁRIA.
- 3.7** Responsabilizar-se por qualquer dano, prejuízo, ou inutilização do equipamento, decorrentes de seus atos ou omissões, uso inadequado e/ou por pessoas sem treinamento em seu manuseio, ou pelo descumprimento das obrigações previstas neste contrato.
- 3.8** Devolver o equipamento nas mesmas condições em que o recebeu, salvo os desgastes naturais de uso, quando solicitado pela COMODANTE ou do término deste contrato.
- 3.9** Em caso de perda, roubo, extravio ou destruição total do equipamento que impliquem na impossibilidade de devolução, a COMODATÁRIA ficará obrigada a pagar à COMODANTE o valor de mercado, levando em conta o estado de depreciação do equipamento em questão à época do evento.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

- 3.10 Informar à COMODANTE eventuais alterações cadastrais, inclusive mudança de endereço.
- 3.11 Permitir a supervisão dos equipamentos pelos técnicos designados pela COMODANTE, quando previamente solicitado.
- 3.12 Seguir o manual de instrução dos equipamentos informado pela COMODANTE.
- 3.13 Notificar à COMODANTE no caso de descumprimento contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4. O prazo de vigência do presente contrato será por 60 meses, com início a partir da assinatura do contrato, conforme Contrato de Gestão, firmado entre a Contratante e Secretaria Estadual de Saúde do Estado Do Espírito Santo – SESA, ressaltando os casos de rescisão previstos na cláusula quinta.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de “Distrato” ou unilateralmente, de forma imotivada, pela COMODATÁRIA, concedendo-se, à COMODANTE, aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa.

5.2 Havendo rescisão do contrato pela COMODATÁRIA, e havendo cumprimento de aviso prévio, a COMODANTE deverá deixar de efetuar a prestação de serviço no último dia de vigência do aviso prévio, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato de fornecimento.

5.3 A CONTRATADA poderá rescindir o contrato unilateralmente, de forma imotivada, concedendo-se à COMODATÁRIA, aviso prévio de 60 (sessenta) dias, de modo a evitar a desassistência e, conseqüentemente, assegurar o interesse público, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato de fornecimento.

5.4 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança.
- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato.
- d) Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da COMODANTE ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

5.5 Este contrato será imediatamente rescindido no caso de encerramento do Contrato de Gestão do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, hipótese em que a AEBES não poderá ser responsabilizada ao pagamento de indenizações ou multas de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

6.1 A COMODANTE declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores. Ainda, se obrigada a COMODANTE, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: **(i)** não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e **(ii)** adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

7.1 A COMODANTE se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da COMODATÁRIA, disponível no endereço eletrônico <https://www.evangelicovv.com.br/aebes/codigo-conduta>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

7.2 A COMODANTE se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades deste Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta da COMODATÁRIA para a execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA RELAÇÃO CONTROLADOR E OPERADOR

8.1 Para fins deste contrato, são considerados:

I. “DADOS PESSOAIS”: qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. “DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

III. “TRATAMENTO”: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. “CONTROLADOR”: parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. "OPERADOR": parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI. "AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS": Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

8.2 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supra qualificadas, concordam que a AEBES é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação negocial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de dados pessoais, e se comprometem a cumprir com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados Pessoais, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

8.3 OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR

O CONTROLADOR deve:

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

8.4 OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

O OPERADOR deve:

Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis estritamente necessárias para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/1918 (“LGPD”).

É vedado ao OPERADOR a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo CONTROLADOR, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR.

Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular.

Auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de dados pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta à incidentes;

Informar o CONTROLADOR imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;

Indenizar o CONTROLADOR por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

Disponibilizar ao CONTROLADOR todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

8.5 VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação ao objeto do contrato, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

9.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da COMODATÁRIA.

9.3 A COMODANTE obriga-se a comunicar à COMODATÁRIA, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços objeto do contrato.

9.4 Caso a COMODATÁRIA venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da COMODANTE, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados.

9.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

9.6 É vedada a subcontratação, por qualquer meio, dos equipamentos objeto deste instrumento contratual.

9.7 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Vitória, ES, para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente contrato.

As Partes, de comum acordo, concordam que o presente termo será assinado eletronicamente por seus representantes legais juntamente com duas testemunhas, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, para todos os fins de direito.

Vitória (ES), data.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Nome completo do representante legal
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome completo do representante legal
Sócio



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

**ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO – LOTE 2
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES
(FORNECIMENTO)**

CT: xx/20xx

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
FAZEM A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE
ESPÍRITO SANTENSE E (RAZÃO SOCIAL DA
CONTRATADA).**

**CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES, (QUALIFICAÇÃO
COMPLETA DO HEJSN E REPRESENTANTE LEGAL).**

**CONTRATADA: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO
RESPONSÁVEL), ajustam o presente contrato de fornecimento, de acordo com as cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento de OPME's para realização de procedimentos na especialidade em Neurocirurgia nas dependências do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves (HEJSN), que se encontra sob a gestão da CONTRATANTE.

1.1.1 A Contratada deverá fornecer os itens discriminados na tabela abaixo:

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMAHAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 1 CAIXA (case completa)	TIPO	QUANTIDADE
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE COLUNA LOMBAR – PEDICULAR - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
702050334	HASTE P/ ASSOCIACAO C/ PARAFUSOS E/OU GANCHOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050415	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIÁVEL A PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA	NÃO ESTÉRIL	1
702050377	PARAFUSO ASSOCIÁVEL A PLACA TOROCO- LOMBOSACRA TIPO PEDICULAR MONO-AXIAL	NÃO ESTÉRIL	1
702031100	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMÁTICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050490	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS PEDICULARES DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050520	SISTEMA P/ FIXACAO TRANSVERSAL DE TITANIO (CROS LINK	NÃO ESTÉRIL	1
702050822	DISPOSITIVO PEDICULAR PARA FIXAÇÃO DE HASTE (INCLUI BLOQUEADOR)	NÃO ESTÉRIL	1
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO - CAGE PEEK TORACO LOMBAR - ENGLoba TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE COLUNA LOMBAR – PEDICULAR - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
702050245	GANCHO PEDICULAR	NÃO ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 05 – CX DE COLUNA CERVICAL - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE
702031267	SISTEMA DE FIXAÇÃO OCCIPTO-CERVICAL ASSOCIADO A PARAFUSO GANCHO E FIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050407	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIÁVEL A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1
702050458	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMÁTICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1
702050466	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS DE TITANIO P/ FIXAÇÃO EM ESTRUTURAS POSTERIORES	NÃO ESTÉRIL	1
702050784	CONECTOR BARRA JUNÇÃO CERVICO TORÁCICA	NÃO ESTÉRIL	1
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO - CAGE GAIOLA - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1
702031038	PLACA OCCIPTO CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1
702050148	DISPOSITIVO DE BLOQUEIO	NÃO ESTÉRIL	1
FORA DA TABELA SUS	GANCHOS LAMINARES ASSOCIÁVEIS A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 06 – CX DE FECHAMENTO DE CRÂNIO - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBAL TODAS AS MEDIDAS)	NÃO ESTÉRIL	1
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1

CÓDIGO SUS	LOTE 07 – CX DE CAGE'S - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE
FORA DA TABELA SUS	CAGE GAIOLA PARA CORPECTOMIA - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1
FORA DA TABELA SUS	CAGE PEEK CERVICAL - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSÃO LOMBAR TRANSFORAMINAL TLIF - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSÃO CERVICAL ANCORADO STAND ALONE EM PEEK (ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS)		1

1.2 A CONTRATADA declara para todos os fins de direito estar devidamente habilitada, consoante a legislação regulamentar, para o fornecimento, ora contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A CONTRATADA deverá:

- a) Reposição dos materiais deve ser feita no máximo em 24 horas, sob a pena de sofrer as sanções previstas no contrato;
- b) É obrigatório, assim como nas entregas de materiais para consignação, apresentar e entregar a DANFE em todas as reposições, sem exceção;
- c) No ato da entrega e início das atividades, entregar material didático, tipo catálogo com as fotos e relações de conteúdo de todas as caixas ou itens avulsos;
- d) Atender as solicitações de visitas técnicas realizadas pela CONTRATANTE, quando previamente agendado;
- e) Fornecer sempre que requisitado, cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e técnicos, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de uso e manejo das OPME's;
- f) Fornecer todo e qualquer dispositivo implantável, ou não, instrumental e equipamento destinado aos procedimentos, que devem conter registro de ANVISA, assim como os devidos certificados de calibração entre outros necessários, no caso de equipamentos, e em perfeita condição de uso;
- g) Todo o recolhimento e recebimento deverá ser feito pela equipe de OPME no local definido pela instituição – sala de recepção de OPME na ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS, não devendo os fornecedores circularem e adentrarem às áreas técnicas (entenda-se Centro cirúrgico - CC e centro de material e esterilização - CME), exceto instrumentador, cuja entrada é permitida SOMENTE no CC, conforme cadastro a ser encaminhado pelo fornecedor;
- h) É proibido a entrada de qualquer OPME, material médico ou medicamento para o centro cirúrgico, advindo diretamente do fornecedor, que não tenha seguido a rotina de entrada e saída dos produtos no hospital.
- i) No ato do recolhimento do material, quando necessário, o setor de OPME deve ser comunicado antecipadamente (24H) para a solicitação para movimentação das caixas até o local do recolhimento;
- j) Entregar os materiais que necessitam de esterilização até as 24 horas do dia anterior ao procedimento cirúrgico na CONTRATANTE;
- k) E, quando necessário, enviar caixa extra – conforme demanda de agendamento, casos como: finais de semana e feriados prolongados;
- l) Neste ato a CONTRATADA assume a obrigação de garantir a rastreabilidade de 100% dos produtos, apresentando os produtos em embalagem contendo: data de validade, nº de lote, nº de registro da ANVISA, método de esterilização e etiquetas autocolantes de identificação, em português. Os documentos devem ser enviados acompanhados de documento fiscal (Nota fiscal de simples remessa);

- m) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o material.;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento objeto do contrato;
- o) Não retirar nenhum tipo de explante ou outro item que tenha sido removido do paciente, a não ser que haja solicitação formal da indústria para recolhimento nos casos de análises de eventos ou por solicitação de avaliação por parte do hospital à mesma, devendo se comprometer a prosseguir conforme rotina institucional de explante;
- p) Realizar as devidas trocas, em 24 horas, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, caso o produto apresente alguma irregularidade em seu aspecto, no que tange a qualidade e apresentação;
- q) Proibido tirar fotos ou gravar vídeos sem a autorização prévia da Instituição. Fotos e vídeos de partes ou registros do prontuário, só serão permitidos se de caráter educacional ou científico e devem ter a autorização expressa do paciente e instituição, registradas em documento fornecidos pelo Hospital;
- r) As OPME's utilizadas que estiverem presentes e compatíveis com os respectivos procedimentos cirúrgicos na tabela SIGTAP/SUS, e que por razão da disputa, restarem com valores superiores ou inferiores aos referidos em tabela SUS, deverão sinalizar os materiais em suas NF, referenciando o respectivo código de cobrança da tabela SIGTAP, constando o código do produto, sendo efetuado conforme regra pela mesma tabela, e se houver, diferença a maior, deverá realizar a cobrança por nota fiscal para o hospital do valor complementar.
- s) Prestar apoio técnico quando ao uso de materiais que exijam presença deste profissional capacitado (instrumentador).
- t) É previsto o fornecimento de instrumentador sem custo adicional ou qualquer forma de remuneração por parte da AEBES, de segunda a segunda, de 07 às 19h, inclusive sábados, domingos e feriados, caso solicitado;
- u) Devem possuir instrumentadores próprios ou terceiros, sem qualquer relação trabalhista com o hospital, e se já o houver, até que se solucione o caso, o mesmo deve executar as atividades da empresa, fora de seu turno de trabalho;
- v) Neste último caso, não será permitida a interferência ou influência na determinação do material/implante a ser utilizado.

2.2 A CONTRATADA executará as atividades com autonomia, cabendo à CONTRATANTE a fiscalização do cumprimento do contrato, de forma assegurar a sua execução.

2.3 A CONTRATADA se obriga pelo sigilo das informações, nem poderá tornar-se de conhecimento de terceiros, por constituir falta grave e falta de ética dos serviços prestados por parte da CONTRATADA.

2.4 Fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias à plena execução do serviço contratado.

2.5 Realizar os serviços conforme preceitua o objeto deste contrato, nos locais e condições que melhor atenderem às necessidades e conveniências da CONTRATANTE.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

2.6 Requerer a exclusão da CONTRATANTE, individual ou coletivamente, no polo passivo dos eventuais processos judiciais ou administrativos em que a CONTRATADA deu causa, na ocorrência de ação contra a CONTRATANTE, ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser proposto contra a CONTRATANTE, seja a que título for e a que tempo ocorrer, em virtude do presente contrato. A CONTRATADA concorda ainda, desde já, que a CONTRATANTE denuncie à lide ou chame ao processo, se necessário, a CONTRATADA, na forma do artigo 125 do Código de Processo Civil.

2.7 Responsabilizar-se por todos os riscos e despesas decorrentes da contratação de funcionários utilizados na execução do presente contrato, bem como se responsabilizando quanto ao comportamento e eficiência deles, devendo a CONTRATADA substituir em 24 (vinte e quatro) horas o profissional que não atender às necessidades descritas neste contrato e seus respectivos aditivos e anexos e/ou que não atenda aos princípios da ética, bem como das normas vigentes da Instituição, afastando-o de forma imediata de todas as unidades geridas pela AEBES.

2.8 Não admitir, nem aliciar qualquer empregado que esteja à disposição da CONTRATANTE ou que integre o seu quadro de pessoal.

2.9 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de qualificação, habilitação técnica, jurídica, bem como de regularidade fiscal e trabalhista, exigidas no momento da assinatura deste contrato.

2.10 Participar e contribuir com todos os processos de certificação e acreditação que forem propostos pela CONTRATANTE, atendendo aos requisitos de certificação necessários.

2.11 Manter em condições legais as contribuições trabalhistas e previdenciárias do(s) profissional(s) recrutado(s) para executar os serviços, objeto deste contrato.

2.12 A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços, objeto deste contrato, observando prazo, qualidade e zelo dos serviços.

2.13 Assumir integralmente a responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços contratados.

2.14 Fornecer sempre que forem solicitados, mantendo atualizado junto a CONTRATANTE, os seguintes documentos: cópia do Contrato Social e suas alterações, certidões de regularidade e responsabilidade técnica de conselho regulador, caso tenha, e eventuais alvarás inerentes às atividades prestadas.

2.15 Em caso de descumprimento das obrigações, a CONTRATANTE se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à CONTRATADA, e, em havendo reincidência, caberá imposição de multa, progressivamente até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Estando o objeto do presente contrato de fornecimento, diretamente vinculado e relacionado ao Contrato de Gestão e Operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, firmado entre a CONTRATANTE e a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, obriga-se a CONTRATANTE a efetuar o pagamento do valor devido à CONTRATADA, conforme cláusula de pagamento, contados do efetivo recebimento dos recursos financeiros, quer



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

oriundo do Estado ou da União. Para tanto, observada a necessidade prévia da emissão de Nota Fiscal de Serviços pela CONTRATADA, que não poderá em nenhuma hipótese efetuar faturamento direto de quaisquer procedimentos a outro CONTRATANTE ou tomador eventual de serviços, incluindo o Poder Público, sendo esta prerrogativa exclusiva da CONTRATANTE no âmbito do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, neste Estado do Espírito Santo.

3.2 Fornecer e permitir acesso a todas as informações pertinentes e necessárias ao bom andamento dos serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA no que se referir aos processos administrativos, assim como quaisquer outras informações que tão somente digam respeito às atividades da CONTRATADA.

3.3 Fiscalizar o presente contrato, cabendo verificar se as obrigações assumidas contratualmente estão sendo cumpridas.

3.4 Notificar a CONTRATADA em caso de descumprimento das suas obrigações contratuais.

3.5 Solicitar reposição dos materiais de acordo com a necessidade, enviando comprovante de consumo.

3.6 No ato do recebimento dos produtos conferir Nota Fiscal com o produto recebido.

3.7 Realizar o pagamento das notas fiscais conforme acordado em contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme valores da tabela que segue: (conforme proposta).

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 11MM	ESTÉRIL	10	
NÃO SUS	BOTÃO DE FECHAMENTO DE CRÂNIO 16MM	ESTÉRIL	10	
NÃO SUS	SUBSTITUTO DE DURA MATER	ESTÉRIL	1	
07.02.01.009-0	CONJ. DE DRENAGEM EXTERNA (DVE)	ESTÉRIL	1	
NÃO SUS	MPIC – CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA VENTRICULAR	ESTÉRIL	1	
NÃO SUS	MPIC - (CATETER DE MONITORIZACAO DA PRESSAO INTRACRANIANA PARENQUIMAL	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO MÉDIA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO BAIXA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – ADULTO ALTA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 1 – DVE / DVP	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMAHAKIN – NEO MÉDIA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO BAIXA	ESTÉRIL	1	
07.02.01.011-1	CONJ. P/ HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL SISTEMA HAKIN – NEO ALTA	ESTÉRIL	1	
NÃO SUS	HIDROXIAPATITA 5G	ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 02 – CX CLIP DE ANEURISMA - 1 CAIXA (case completa)	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.01.022-7	CLIP TEMPORÁRIO	ESTÉRIL	1	
07.02.01.023-5	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 03 – CX PARAGUSO ODONTOIDE - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.03.078- 3	PARAFUSO ODONTOIDE EM TITÂNIO	ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 04 – CX DE COLUNA LOMBAR – PEDICULAR - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
702050334	HASTE P/ ASSOCIACAO C/ PARAFUSOS E/OU GANCHOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	
702050415	PARAFUSO DE TITANIO ASSOCIÁVEL A PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA	NÃO ESTÉRIL	1	
702050377	PARAFUSO ASSOCIÁVEL A PLACA TOROCO-LOMBOSACRA TIPO PEDICULAR MONO-AXIAL	NÃO ESTÉRIL	1	
702031100	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMÁTICOS DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	
702050490	PLACA TOROCO-LOMBO-SACRA ASSOCIADA A PARAFUSOS PEDICULARES DE TITANIO	NÃO ESTÉRIL	1	
702050520	SISTEMA P/ FIXACAO TRANSVERSAL DE TITANIO (CROS LINK	NÃO ESTÉRIL	1	
702050822	DISPOSITIVO PEDICULAR PARA FIXAÇÃO DE HASTE (INCLUI BLOQUEADOR)	NÃO ESTÉRIL	1	
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO – CAGE PEEK TORACO LOMBAR - ENGLOBALA TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1	
702050245	GANCHO PEDICULAR	NÃO ESTÉRIL	1	

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**Data da
Elaboração:
18/10/2023Revisão: 001
19/07/2024

CÓDIGO SUS	LOTE 05 – CX DE COLUNA CERVICAL - 2 CAIXAS	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
702031267	SISTEMA DE FIXAÇÃO OCCIPITO-CERVICAL ASSOCIADO A PARAFUSO GANCHO E FIO	NÃO ESTÉRIL	1	
702050407	PARAFUSO DE TITÂNIO ASSOCIÁVEL A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1	
702050458	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS INTRASOMÁTICOS DE TITÂNIO	NÃO ESTÉRIL	1	
702050466	PLACA CERVICAL ASSOCIADA A PARAFUSOS DE TITÂNIO P/ FIXAÇÃO EM ESTRUTURAS POSTERIORES	NÃO ESTÉRIL	1	
702050784	CONECTOR BARRA JUNÇÃO CERVICO TORÁCICA	NÃO ESTÉRIL	1	
702050156	DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL CARREADOR DE ENXERTO (TIPO CESTA FIXA, CUNHA E OUTROS) DE TITÂNIO - CAGE GAIOLA - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS	NÃO ESTÉRIL	1	
702031038	PLACA OCCIPITO CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1	
702050148	DISPOSITIVO DE BLOQUEIO	NÃO ESTÉRIL	1	
FORA DA TABELA SUS	GANCHOS LAMINARES ASSOCIÁVEIS A PLACA CERVICAL	NÃO ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 06 – CX DE FECHAMENTO DE CRÂNIO - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
07.02.05.048-	PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS / ENGLOBAL TODAS AS MEDIDAS	NÃO ESTÉRIL	1	
FORA DA TABELA SUS	MINI PARAFUSO CORTICAL (AUTO ROSCANTE)	NÃO ESTÉRIL	1	

CÓDIGO SUS	LOTE 07 – CX DE CAGE'S - 1 CAIXA	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
FORA DA TABELA SUS	CAGE GAIOLA PARA CORPECTOMIA - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1	
FORA DA TABELA SUS	CAGE PEEK CERVICAL - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1	
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSÃO LOMBAR TRANSFORAMINAL TLIF - ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS		1	
FORA DA TABELA SUS	CAGE DE FUSÃO CERVICAL ANCORADO STAND ALONE EM PEEK (ENGLOBAL TODOS OS TAMANHOS)		1	

4.2 Por ocasião dos pagamentos serão efetuados os descontos legais por tributos que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento objeto do contrato.

4.3 O pagamento será efetuado, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após o faturamento dos produtos e emissão de Nota Fiscal.

- a) O pagamento dos valores se dará conforme valor contratado, notas fiscais com emissão conforme solicitação por ordem de compra, reposição na plataforma OPMEnexo, com prazo de pagamento 30 dias após a emissão;



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

- b) A emissão da Nota Fiscal de Cobrança deverá respeitar o prazo para emissão de 24h conforme autorização do ID de faturamento, gerado na plataforma OPMEexo;
- c) A Nota Fiscal de faturamento deverá constar obrigatoriamente, o código do SUS (nos casos dos produtos contemplados pelo SIGTAP), bem como o nome do paciente, data da cirurgia, nome do médico, código ANVISA, lote e a validade do produto;
- d) A Nota Fiscal de faturamento deverá ser emitida e enviada somente após a autorização da Contratante na Plataforma OPMEexo;
- e) A Nota Fiscal de faturamento deverá ser emitida em até 24h contadas a partir da solicitação de faturamento.

4.4 O valor da nota fiscal deverá limitar-se ao reconhecido no pedido de compra, sendo proibida a cobrança de valores não provados por este documento.

4.5 É expressamente vedado a qualquer das partes desconto ou cobrança de duplicata através de rede bancária ou de terceiros, bem como a cessão de crédito dos valores objetos deste contrato ou sua dação em garantia.

4.6 Os reajustes contratuais serão negociados entre as partes e eventuais concessões condicionado e limitado ao prévio reajuste autorizado pela Secretaria de Saúde do Espírito Santo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1 O prazo de vigência do presente contrato será até 30 de novembro de 2028, a contar da data de assinatura deste instrumento, ressalvando os casos de rescisão previstos na cláusula sexta.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de “Distrato” ou unilateralmente, de forma imotivada, pela CONTRATANTE, concedendo-se, à CONTRATADA, aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa.

6.2 Havendo rescisão do contrato pela CONTRATANTE, e havendo cumprimento de aviso prévio, a CONTRATADA deverá deixar de efetuar a prestação de serviço no último dia de vigência do aviso prévio, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato.

6.3 A CONTRATADA poderá rescindir o contrato unilateralmente, de forma imotivada, concedendo-se à CONTRATANTE, aviso prévio de 60 (sessenta) dias, de modo a evitar a desassistência e, conseqüentemente, assegurar o interesse público, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato.

6.4 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança;



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato;
- d) Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da CONTRATADA ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

6.5 Este contrato será imediatamente rescindido no caso de encerramento do Contrato de Gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, hipótese em que a AEBES não poderá ser responsabilizada ao pagamento de indenizações ou multas de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

7.1 A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores. Ainda, se obrigada a CONTRATADA, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: **(i)** não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e **(ii)** adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA OITAVA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

8.1 A CONTRATADA se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da CONTRATANTE, disponível no endereço eletrônico <https://www.evangelicovv.com.br/aebes/codigo-conduta>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

8.2 A CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades deste Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta da CONTRATANTE para a execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA RELAÇÃO CONTROLADOR E OPERADOR

9.1 Para fins deste contrato, são considerados:

I. “DADOS PESSOAIS”: qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo: um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. “DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

III. "TRATAMENTO": qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. "CONTROLADOR": parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. "OPERADOR": parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI. "AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS": Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

9.2 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supra qualificadas, concordam que a AEBES é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação negocial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de Dados Pessoais, e se comprometem e garantem que cumprem com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados Pessoais, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

Os dados pessoais a serem compartilhados e tratados no âmbito do presente contrato são: a. Dados pessoais: Nome completo, data de nascimento, sexo, cor, nome da mãe, nome do pai, identidade, CPF, Carteira Nacional de Saúde, estado civil, nome do cônjuge, endereço completo, telefone e e-mail. b) Dados pessoais sensíveis: Dados relacionados à saúde dos titulares de dados da Controladora, exclusivamente para a finalidade específica de prestação de serviço médicos, tendo como base legal a tutela da saúde dos titulares, em procedimento realizado por serviços de saúde (Art. 11, II, f, LGPD), prevenindo e evitando seu uso para quaisquer outros fins não previstos ou por terceiro não autorizado.

Em caso de qualquer dúvida, por parte do Titular de Dados Pessoais, em relação às disposições sobre o tratamento de Dados Pessoais realizado, a Política de Privacidade das PARTES deverá ser consultada, ou, ainda, poderá ser feito contato direto mediante canais de atendimento disponibilizados.

9.3 OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR

O CONTROLADOR deve:

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

9.4 OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

O OPERADOR deve:

Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR.

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, estritamente necessários para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/1918 ("LGPD").

É vedado ao OPERADOR a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo CONTROLADOR, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR.

Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR: (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular.

Auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de Dados Pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta à incidentes;



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

Informar o CONTROLADOR imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;

Indenizar o CONTROLADOR por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

Disponibilizar ao CONTROLADOR todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

9.5 VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação aos serviços contratados, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

10.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da CONTRATANTE.

10.3 A CONTRATADA obriga-se a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços, objeto do contrato.

10.4 Caso a CONTRATANTE venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da CONTRATADA, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados, ficando, inclusive, autorizada à denúncia da lide da CONTRATADA.

10.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

10.6 A CONTRATADA declara que não realizará nenhum investimento para prestação de serviço, objeto deste contrato.

10.7 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando-se, desde já, a qualquer outro Foro.

As Partes, de comum acordo, concordam que o presente termo será assinado eletronicamente por seus representantes legais juntamente com duas testemunhas, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, para todos os fins de direito.

Serra (ES), (data).

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Rodrigo André Seidel
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome do responsável legal
Cargo



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

**ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO – LOTE 2
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES
(COMODATO)**

CT: 0xx/20XX

**CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI FAZEM
ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE
ESPÍRITO SANTENSE E (RAZÃO SOCIAL DA
COMODANTE).**

COMODATÁRIA: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE - AEBES, (QUALIFICAÇÃO HEJSN)

COMODANTE: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL), ajustam o presente contrato de comodato, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 O objeto deste contrato é a cessão gratuita em regime de comodato dos materiais descritos abaixo, vinculados ao contrato de fornecimento nº CT: 0xx/20xx firmando entre as partes.

EQUIPAMENTOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO/COMODATO			
TIPO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
ACESSÓRIO	CORTADOR DE HASTE (uso em comum entre os lotes: 04 e 05)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
EQUIPAMENTO	PERFURADOR DRILL (uso em comum entre os lotes: 01, 02, 06)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
EQUIPAMENTO	MONITOR DE PICC PICC (referente item: 05 e 06 do lote 01)	NÃO ESTÉRIL	02 UNIDADES
ACESSÓRIO	FIXADOR DE CRÂNIO (uso em comum nos lotes: 02 e 06)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
EQUIPAMENTO	CRANIÓTOMO (uso em comum entre os lotes: 01, 02, 06)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
ACESSÓRIO	APOIO CERVICAL (referente lote: 05)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
ACESSÓRIO	APOIO LOMBAR (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	01 UNIDADE
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE CLIP DE ANEURISMA – PINÇAS PARA CLIPS ANEURISMA (referente lote: 02)	NÃO ESTÉRIL	01 CAIXA (Case Completa)
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE PARAFUSO ODONTOIDE (referente lote: 03)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIXA
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE COLUNA LOMBAR (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE APOIO LOMBAR (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS

EQUIPAMENTOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO/COMODATO			
TIPO	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	PARAFUSO PEDICULAR (LOMBAR) (referente lote: 04)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE COLUNA CERVICAL (referente lote: 05)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE APOIO CERVICAL (referente lote: 05)	NÃO ESTÉRIL	2 CAIXAS
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CX DE CAGES - TODOS OS TAMANHOS (referente lote: 07)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIXA DE CADA
INSTRUMENTAL + IMPLANTES	CAIXA DE FECHAMENTO DE CRÂNIO (referente lote 06)	NÃO ESTÉRIL	1 CAIX A

1.2 Se houver necessidade de aumento na quantidade dos equipamentos, a COMODANTE disponibilizará desde que previamente acordado entre as partes, por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

2.1 A COMODANTE deverá:

- a) Reposição dos materiais deve ser feita no máximo em 24 horas, sob a pena de sofrer as sanções previstas no contrato;
- b) É obrigatório, assim como nas entregas de materiais para consignação, apresentar e entregar a DANFE em todas as reposições, sem exceção;
- c) No ato da entrega e início das atividades, entregar material didático, tipo catálogo com as fotos e relações de conteúdo de todas as caixas ou itens avulsos;
- d) Atender as solicitações de visitas técnicas realizadas pela CONTRATANTE, quando previamente agendado;
- e) Fornecer sempre que requisitado, cursos e treinamentos práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e técnicos, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de uso e manejo das OPME's;
- f) Fornecer todo e qualquer dispositivo implantável, ou não, instrumental e equipamento destinado aos procedimentos, que devem conter registro de ANVISA, assim como os devidos certificados de calibração entre outros necessários, no caso de equipamentos, e em perfeita condição de uso;
- g) Todo o recolhimento e recebimento deverá ser feito pela equipe de OPME no local definido pela instituição – sala de recepção de OPME na ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS, não devendo os fornecedores circularem e adentrarem às áreas técnicas (entenda-se Centro cirúrgico - CC e centro de material e esterilização - CME), exceto instrumentador, cuja entrada é permitida SOMENTE no CC, conforme cadastro a ser encaminhado pelo fornecedor;
- h) É proibido a entrada de qualquer OPME, material médico ou medicamento para o centro cirúrgico, advindo diretamente do fornecedor, que não tenha seguido a rotina de entrada e saída dos produtos no hospital.

- i) No ato do recolhimento do material, quando necessário, o setor de OPME deve ser comunicado antecipadamente (24H) para a solicitação para movimentação das caixas até o local do recolhimento;
- j) Entregar os materiais que necessitam de esterilização até as 24 horas do dia anterior ao procedimento cirúrgico na CONTRATANTE;
- k) E, quando necessário, enviar caixa extra – conforme demanda de agendamento, casos como: finais de semana e feriados prolongados;
- l) Neste ato a CONTRATADA assume a obrigação de garantir a rastreabilidade de 100% dos produtos, apresentando os produtos em embalagem contendo: data de validade, nº de lote, nº de registro da ANVISA, método de esterilização e etiquetas autocolantes de identificação, em português. Os documentos devem ser enviados acompanhados de documento fiscal (Nota fiscal de simples remessa);
- m) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o material.;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento objeto do contrato;
- o) Não retirar nenhum tipo de explante ou outro item que tenha sido removido do paciente, a não ser que haja solicitação formal da indústria para recolhimento nos casos de análises de eventos ou por solicitação de avaliação por parte do hospital à mesma, devendo se comprometer a prosseguir conforme rotina institucional de explante;
- p) Realizar as devidas trocas, em 24 horas, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, caso o produto apresente alguma irregularidade em seu aspecto, no que tange a qualidade e apresentação;
- q) Proibido tirar fotos ou gravar vídeos sem a autorização prévia da Instituição. Fotos e vídeos de partes ou registros do prontuário, só serão permitidos se de caráter educacional ou científico e devem ter a autorização expressa do paciente e instituição, registradas em documento fornecidos pelo Hospital;
- r) As OPME's utilizadas que estiverem presentes e compatíveis com os respectivos procedimentos cirúrgicos na tabela SIGTAP/SUS, e que por razão da disputa, restarem com valores superiores ou inferiores aos referidos em tabela SUS, deverão sinalizar os materiais em suas NF, referenciando o respectivo código de cobrança da tabela SIGTAP, constando o código do produto, sendo efetuado conforme regra pela mesma tabela, e se houver, diferença a maior, deverá realizar a cobrança por nota fiscal para o hospital do valor complementar.
- s) Prestar apoio técnico quando ao uso de materiais que exijam presença deste profissional capacitado (instrumentador).
- t) É previsto o fornecimento de instrumentador sem custo adicional ou qualquer forma de remuneração por parte da AEBES, de segunda a segunda, de 07 às 19h, inclusive sábados, domingos e feriados, caso solicitado;
- u) Devem possuir instrumentadores próprios ou terceiros, sem qualquer relação trabalhista com o hospital, e se já o houver,

até que se solucione o caso, o mesmo deve executar as atividades da empresa, fora de seu turno de trabalho;

v) Neste último caso, não será permitida a interferência ou influência na determinação do material/implante a ser utilizado.

2.2 Efetuar a entrega dos materiais descritos na cláusula primeira, objeto do contrato em perfeitas condições, conforme especificações, imediatamente, após assinatura do contrato ou data prévia acordada entre as partes.

2.3 Substituir ou reparar, de imediato, após solicitação da COMODATÁRIA via e-mail, os equipamentos descritos na cláusula primeira que necessitarem de reparos ou substituição.

2.4 Poderá ser solicitado um quantitativo maior de materiais, a depender da necessidade do Hospital (abertura de novas unidades, transformação e mudança de ambientes, solicitação do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, e outros). Nestes casos, a COMODANTE deverá atender à solicitação conforme prazo acordado entre as partes.

2.5 Fornecer os equipamentos comodatados novos, limpos e com as especificações definidas em contrato.

2.6 Garantir o fornecimento das peças de substituição dos equipamentos comodatados.

2.7 Responsabilizar-se pelas manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos comodatados.

2.8 Fornecer equipamento substituto quando houver necessidade de retenção de um equipamento para manutenção e/ou reparo.

2.9 Realizar treinamentos sobre a correta utilização dos produtos.

2.10 Fornecer manual de uso dos equipamentos.

2.11 Em caso descumprimento das obrigações, a COMODATÁRIA se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à COMODANTE, e, em havendo reincidência desta, caberá imposição de multa, iniciando em 1% (um por cento), e de forma progressiva, aumentará mais 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato de fornecimento nº CT: 0xx/20xx.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

3.1 Informar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito no equipamento.

3.2 Utilizar o equipamento corretamente, sendo vedada a sua sublocação, cessão ou transferência a terceiros, sem prévio e expresso consentimento da COMODANTE.

3.3 Não introduzir ou fazer modificações de qualquer natureza no equipamento.

3.4 Utilizar no equipamento exclusivamente os produtos fornecidos pela COMODANTE, conforme contrato de fornecimento nº CT: 0xx/20xx .



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

- 3.5** Manter o equipamento em local adequado e seco, observando o que orienta o respectivo manual de instrução.
- 3.6** Defender e fazer valer todos os direitos de propriedade da COMODANTE sobre o equipamento, inclusive impedindo sua penhora, sequestro, arresto, arrecadação, por terceiros, notificando-os sobre os direitos de propriedade da COMODATÁRIA.
- 3.7** Responsabilizar-se por qualquer dano, prejuízo, ou inutilização do equipamento, decorrentes de seus atos ou omissões, uso inadequado e/ou por pessoas sem treinamento em seu manuseio, ou pelo descumprimento das obrigações previstas neste contrato.
- 3.8** Devolver o equipamento nas mesmas condições em que o recebeu, salvo os desgastes naturais de uso, quando solicitado pela COMODANTE ou do término deste contrato.
- 3.9** Em caso de perda, roubo, extravio ou destruição total do equipamento que impliquem na impossibilidade de devolução, a COMODATÁRIA ficará obrigada a pagar à COMODANTE o valor de mercado, levando em conta o estado de depreciação do equipamento em questão à época do evento.
- 3.10** Informar à COMODANTE eventuais alterações cadastrais, inclusive mudança de endereço.
- 3.11** Permitir a supervisão dos equipamentos pelos técnicos designados pela COMODANTE, quando previamente solicitado.
- 3.12** Seguir o manual de instrução dos equipamentos informado pela COMODANTE.
- 3.13** Notificar à COMODANTE no caso de descumprimento contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1 O prazo de vigência do presente contrato será até 30 de novembro de 2028, a contar da data de assinatura deste instrumento, ressalvando os casos de rescisão previstos na cláusula quinta.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de “Distrato” ou unilateralmente, de forma imotivada, pela COMODATÁRIA, concedendo-se, à COMODANTE, aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa.

5.2 Havendo rescisão do contrato pela COMODATÁRIA, e havendo cumprimento de aviso prévio, a COMODANTE deverá deixar de efetuar a prestação de serviço no último dia de vigência do aviso prévio, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato de fornecimento.

5.3 A COMODANTE poderá rescindir o contrato unilateralmente, de forma imotivada, concedendo-se à COMODATÁRIA, aviso prévio de 60 (sessenta) dias, de modo a evitar a desassistência e, conseqüentemente, assegurar o interesse público, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato de fornecimento.



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

5.4 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança;
- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato;
- d) Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da COMODANTE ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

5.5 Este contrato será imediatamente rescindido no caso de encerramento do Contrato de Gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, hipótese em que a AEBES não poderá ser responsabilizada ao pagamento de indenizações ou multas de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

6.1 A COMODANTE declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores. Ainda, se obrigada a COMODANTE, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

7.1 A COMODANTE se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da COMODATÁRIA, disponível no endereço eletrônico <https://www.evangelicovv.com.br/aebes/codigo-conduta>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

7.2 A COMODANTE se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades deste Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta da COMODATÁRIA para a execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA RELAÇÃO CONTROLADOR E OPERADOR

8.1 Para fins deste contrato, são considerados:

- I. "DADOS PESSOAIS": qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados

de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. "DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS": dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

III. "TRATAMENTO": qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. "CONTROLADOR": parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. "OPERADOR": parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI. "AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS": Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

8.2 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supra qualificadas, concordam que a AEBES é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação negocial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de dados pessoais, e se comprometem a cumprir com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados Pessoais, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

8.3 OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR

O CONTROLADOR deve:

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à

extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

8.4 OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

O OPERADOR deve:

Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR.

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis estritamente necessárias para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/1918 ("LGPD").

É vedado ao OPERADOR a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo CONTROLADOR, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR.

Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular.

Auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de dados pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta à incidentes;

Informar o CONTROLADOR imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;



TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 129/2024

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

Indenizar o CONTROLADOR por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

Disponibilizar ao CONTROLADOR todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

8.5 VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação ao objeto do contrato, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

9.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da COMODATÁRIA.

9.3 A COMODANTE obriga-se a comunicar à COMODATÁRIA, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços objeto do contrato.

9.4 Caso a COMODATÁRIA venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da COMODANTE, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados.

9.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

9.6 É vedada a subcontratação, por qualquer meio, dos equipamentos objeto deste instrumento contratual.

9.7 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Vitória, ES, para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente contrato.



**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 129/2024**

Data da
Elaboração:
18/10/2023

Revisão: 001
19/07/2024

As Partes, de comum acordo, concordam que o presente termo será assinado eletronicamente por seus representantes legais juntamente com duas testemunhas, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, para todos os fins de direito.

Serra/ES, (data).

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Nome do responsável legal
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome do responsável legal
Cargo